PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

HISTÓRIA MARGINAL EM PERFORMANCES DE LITERATURA PROLETÁRIA A PARTIR DA OBRA VIDAS SECAS DE GRACILIANO RAMOS

Dayane Durci de Souza

GOIÂNIA

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

HISTÓRIA MARGINAL EM PERFORMANCES DE LITERATURA PROLETÁRIA A PARTIR DA OBRA VIDAS SECAS DE GRACILIANO RAMOS

Aluna: Dayane Durci de Souza

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção da graduação em Licenciatura em História

Orientador(a): Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva

Goiânia

2022

À minha mãe, Dolores, cuja força e coragem sempre me inspiraram.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todo o corpo docente do curso de licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Agradeço também ao Financiamento Estudantil e a bolsa do vestibular social, fatores que possibilitaram a conclusão desse projeto.

De maneira muito especial agradeço à orientação sempre atenciosa da professora Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva, e principalmente pelo acolhimento e apoio.

Obrigada professor Dr. Eduardo José Reinato, por ter me incentivado e acreditado nesse trabalho. Por ter me acompanhado desde a Iniciação Científica e por toda ajuda e paciência ao longo desses dois anos.

Ao meu amor e companheiro, Chiyoko Gonçalves que sempre foi muito paciente e cuidadoso comigo durante esse processo. Obrigado pelos livros, pelas conversas e abraços.

**RESUMO**

O conto *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, marca uma tomada de consciência, ainda que esta ainda se reduza a subserviência, a partir da cosmovisão de um indivíduo subalterno retratado como marginal nas entrelinhas da história. Será tratada a narrativa que permeia o pensamento do protagonista e a partir de que ambiguidade é formada a sua subjetividade. Essa perspectiva será atravessada pelas condições históricas impostas e pensadas para a redação do livro e a escolha literária de como abordar o drama sertanejo e como pensar na relação deste com a perspectiva decolonial.

**Palavras-chave:** Graciliano Ramos, Subalternidade, Literatura, Decolonialidade, História.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO………………………………………………………………………7**

**CAPÍTULO I. EDUCAÇÃO EM CONTEXTO DE SUBALTERNIDADE……...9**

**1.1 O subalterno em *vidas secas*……………………………………………………..9**

**1.2 Sobre a educação libertadora…………………………………………………..11**

**1.3 A questão das histórias marginais……………………………………………..15**

**CAPÍTULO II. EIXOS NARRATIVOS E HISTÓRICOS……………………….20**

**2.1 Graciliano e a psicologia do subalterno………………………………………..20**

**2.2 O momento de Vidas Secas……………………………………………………..24**

**CAPÍTULO III. DECOLONIALIDADE E IDENTIDADE……………………...30**

**3.1 Sobre a questão decolonial e a identidade……………………………………..30**

**3.2 Gnose e decolonialidade………………………………………………………...33**

**CONCLUSÃO: LITERATURA QUE RETRATA OS SUBALTERNOS……………….37**

**Referências…………………………………………………………………………………..39**

**INTRODUÇÃO**

*Vidas Secas*, talvez uma das mais renomadas obras de Graciliano Ramos, nutre na literatura brasileira uma rica descrição das condições de vida, psíquicas e os anseios do sertanejo.

Ao passo em que dá vida a um personagem situado em uma perspectiva marcada pelo colonialismo e a subalternidade, a obra apresenta a tomada de consciência do eu-lírico.

Fabiano não propriamente subverte a lógica que o cerca, mas concebe-a como fruto de sua situação, se defrontando com suas contradições e ignorâncias no percurso. Não se pode esperar, de um ponto de vista moral, a sua atividade prática e sua existência social deslocada da identidade ao qual está inserido, e por isso será investigado neste trabalho as condições pedagógicas que desafiam a psicologia de Fabiano em *Vidas Secas.*

A educação não é só insuficiente para Fabiano, mas estranha ao seu devir social. Ora, como pode um homem do campo pretender ter acesso às benesses da educação moderna e o nível de instrução de seus algozes?

Situado nesse conflito, só poderíamos falar, então, de uma educação em contexto de subalternidade. Colocação que remete como descreveremos, a uma perspectiva decolonial situar historicamente os personagens e a crítica intrínseca deixada por Ramos. Quilômetros separam nosso personagem dos atores que outrora lutam por melhores condições de vida, na América do Norte e na Europa e na Ásia.

A cosmovisão[[1]](#footnote-1) decolonial, que toma corpo a partir dessas histórias marginais, adentra o fenômeno particular da possível tomada de consciência latinoamericana. Por exemplo, Brunner (1992) reflete se podemos mesmo dizer que os latinoamericanos tiveram acesso à modernidade, pois distinções culturais separam radicalmente os povos colonizados pelas línguas inglesa e espanhola/portuguesa. De outro lado, Negri e Cocco (2005) reconhecem na América Latina um terreno fértil a se fazer frente, mediante os movimentos sociais, ao aparato colonialista dos países de centro do capitalismo. Para os autores, parcela da esquerda remendava o discurso desenvolvimentista e determinista para explicar o subdesenvolvimento e a condição marginal, quando na verdade:

A construção do Estado na periferia tem trabalhado, na realidade, através de processos de hibridação entre formas de autoridade política e/ou de soberania colonial de um poder patriarcal e/ou oligárquico-escravista e formas desenvolvimentistas de um poder tecnocrático-corporativo, que se atribuíam os títulos de moderno e nacional. (NEGRI, COCCO, 2005. p. 47)

E concluíam os articulistas que até então não se pressupunha uma crítica voraz que desse conta dos anseios reais dos movimentos sociais e dos marginalizados. Em suma, Negri, Cocco e Brunner situam a América Latina como uma incógnita perante a modernidade marcada pelo colonialismo e a dominação de classe.

O trabalho mostrará como podemos colocar em evidência aspectos marginalizados da história retratados comumente como nota de rodapé, mas que para seus atores adquire um contorno específico, vivo, particular, quiçá ideológico. O eixo literário de *Vidas Secas* conduzirá a uma interpretação das histórias marginais presentes na identidade sertaneja, na medida em que estes tomam para si o protagonismo da escrita dessa história.

No ínterim de alcançar tal objetivo, o presente trabalho se encontra dividido em três capítulos, sendo o primeiro concentrado na discussão a despeito da educação no contexto de subalternidade, refletindo sobre a representação do subalterno na obra *Vidas Secas* e sobre o que diz respeito à educação libertadora. bem como da história marginal; o segundo capítulo se concentra na apresentação dos eixos narrativos e históricos da obra *Vidas Secas,* focando na psicologia do subalterno no interior da obra de Graciliano Ramos, bem como no momento perpassado pela escrita da obra; por fim, no terceiro capítulo refletiremos sobre a decolonialidade e a identidade, trazendo reflexões associadas às obras que buscaram trazer um questionamento à ordem colonialista pré-estabelecida nos eixos epistemológicos, além da questão da gnose e sua ligação com a temática em questão.

1. **EDUCAÇÃO EM CONTEXTO DE SUBALTERNIDADE**

Este trabalho se insere em um eixo que atravessa história, literatura e epistemologia. História, porque os personagens tomam posição não como peças alicerçadas em um determinismo histórico, nem como sujeitos únicos alheios às instituições que lhes rodeiam. Literário porque Graciliano Ramos consegue dar forma a um sujeito inexistente mas possível, que reflete tanto o espírito crítico do autor como os meios que influenciam sua trajetória exemplar. Também repercute na epistemologia porque ao enquadrar o eixo da psicologia do subalterno, referimo-nos à sua consciência enquanto sujeito social, o que implica na consciência adquirida no processo.

Por fim, falar de sujeitos históricos e situá-los num contexto narrativo bem escrito tem como base pensar em condições psíquicas que repercutem no tipo de momento histórico em que Fabiano, um dos principais personagens da obra “Vidas Secas”, se encontra.

**1.1 O subalterno em *Vidas Secas***

Fabiano, um personagem situado no nordeste brasileiro, é vítima da seca que assola o sertão. A narrativa perpassa com vigor a peregrinação deste com sua família – Sinha Vitória, a esposa, Baleia, a cadela (referida muitas vezes pelos personagens enquanto membro da família), e os dois filhos (nunca chamados pelo nome durante a narrativa, apenas pelos vulgos de “filho mais velho” e “filho mais novo”) – em busca de melhorias na qualidade de vida, sobretudo na fuga da seca, da fome.

Ao longo dos primeiros capítulos, na constituição do personagem de Fabiano, se percebe um conflito quanto à sua própria identificação enquanto humano:

* + - Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta. [...] E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra. Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando: – Você é um bicho, Fabiano. (RAMOS, 1986, p.18)

É possível constatar, dessa maneira, a desidentificação de Fabiano enquanto sujeito em virtude da própria ausência de propriedade contida pelo mesmo. Mas, ao passo em que ocorre essa familiaridade do personagem à aura de animal, ocorre que isso a ele não era motivo de vergonha, mas sim de orgulho:

* + - Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho.

* + - Sim senhor, um bicho capaz de vencer dificuldades. [...]
    - Um bicho, Fabiano. [...]

Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. (RAMOS, 1986, p.18-19 [*grifo nosso*])

A identificação de Fabiano à figura animalesca, em conjunto à reflexão que este tem a despeito da educação dos filhos, opondo-se aos questionamentos, doravante ao próprio ato de leitura [[2]](#footnote-2), colocando que em virtude da situação vivenciada o necessário a se aprender era aquilo que seria útil ao trabalho braçal, suscitou-nos reflexões referentes ao ponto da educação no contexto subalternizado.

Não passa despercebido que anos depois Freire (2013) reconheça em seus diálogos com camponeses essa identificação animalesca: “Muitas vezes insistem em que nenhuma diferença existe entre eles [os subalternos] e o animal e, quando reconhecem alguma, é em vantagem do animal. “É mais livre do que nós”, dizem.” (FREIRE, 2013. p. 53)

Ademais, Ramos (1986), ao expor a dualidade existente entre a humanidade e a animalidade, trazendo isso sobretudo no que concerne à falta de habilidade linguística dos personagens – vide, a título de exemplificação, o trecho remetente a um diálogo entre Fabiano e o *soldado amarelo:* “Fabiano atentou na farda com respeito e gaguejou, procurando as palavras de seu Tomás da Bolandeira: – Isto é. Vamos e não vamos. Quer dizer. Enfim, contanto, etc. É conforme” (RAMOS, 1986, p.27) – tem um caráter político, dado que, não apenas isso, mas também a retratação dos mesmos através do discurso indireto ou por intensas repetições relata a condição de identidade da família à condição sertaneja.

A condição de questionamento à possibilidade do subalternizado a lançar sua voz, por sua vez, é também perpassada por Graciliano Ramos (1986) ao decorrer de *Vidas Secas.* Uma das alusões metafóricas dessa questão se dá no embate de Sinha Vitória a despeito da cama em que dormia:

Outra vez sinha Vitória pôs-se a sonhar com a cama de lastro de couro. [...] Não possuíam nada: se se retirassem, levariam a roupa, a espingarda, o baú de folha e troços miúdos. Mas iam vivendo, na graça de Deus, o patrão confiava neles – e eram quase felizes. Só faltava uma cama. Era o que aperreava sinha Vitoria. Como já não se estazava em serviços pesados, gastava um pedaço da noite parafusando. E o costume de encafuar-se ao escurecer não estava certo, que ninguém é galinha. [...] Era melhor esquecer o nó e pensar numa cama igual à de Seu Tomás da bolandeira. Seu Tomás tinha uma cama de verdade, feita pelo carpinteiro [...] Ali podia um cristão estirar os ossos. [...] Onde tinha a cabeça? Sentou-se na janela baixa da cozinha, desgostosa. Venderia as galinhas e a marrã, deixaria de comprar querosene. Inútil consultar Fabiano, que sempre se entusiasmava, arrumava projetos. Esfriava logo – e ela franzia a testa, espantada, certa de que o marido se satisfazia com a ideia de possuir uma cama. Sinha Vitória desejava uma cama real, de couro e sucupira, igual à de seu Tomás da bolandeira. (RAMOS, 1986, p.44-46 [*grifo nosso*]

Embora à primeira vista os trechos destacados não possam remeter àquilo que buscamos aqui evidenciar, se observarmos com atenção sob à luz da teoria trazida por Spivak (2010), podemos compreender a figura da cama enquanto uma alusão à questão do local passível de ser ocupado por sinha Vitória. Ao mesmo passo em que esta se espelha na condição desfrutada por seu Tomás da bolandeira, essa se vê fora do poderio de ter a dignidade de lográ-la. Porém, simultaneamente, Sinha Vitória invoca a crença de que em algum dia teria a mesma cama que seu Tomás.

Isto posto, conforme foi mencionado, em um eixo de proximidade à obra de Graciliano Ramos torna-se possível trazer à tona aquilo que foi desenvolvido por Spivak (2010), ao lançar a questão que se insere enquanto título de um de seus escritos mais aclamados: *Pode o subalterno falar?*

A imagem do subalterno, na obra de Spivak (2010, p.12) é relacionada “[...] às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal,e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.” Dessa maneira, embora o eixo argumentativo da autora, em um viés de cunho interseccional, mobilize questões mais atreladas à raça e ao gênero, tal como ao estado civil – é perspicaz, nesse sentido, trazer a contextualização de viuvez vivenciada por Spivak, que se entrelaça a uma circunstância a mais de silenciamento (CRUZ, 2011) – esta também se refere ao recorte classista, o que permite nosso vínculo de suas ideias ao campo teórico do presente trabalho.

# **1.2 Sobre a educação libertadora**

Na obra *A pedagogia do oprimido,* Freire (2013) descreve a maneira com a qual a educação, em contextos de subalternidade, acabava por tender a um contexto de reforço das relações de opressão submetidas. Desse modo, o autor supracitado desenvolvia uma proposta educacional que atuasse, não de maneira a reforçar esses enlaces, mas a incentivar um meio de libertação dos oprimidos dos mesmos. Isso demonstra uma ambivalência na relação que o subalterno tem com seus superiores, noção que neste capítulo será melhor explorada.

É útil recorrer a Paulo Freire para situar a perspectiva pedagógica a que Fabiano está inserido. Sob o manto da opressão, não poderia ser mais latente a contradição entre opressor-oprimido manifesta nas condições de vida do subalterno, sob a qual desempenha caráter psicológico neste:

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais.(FREIRE, 2013. p. 52)

Nesse aspecto, o oprimido não desenvolve uma consciência própria, mas baseia-a na sua condição de subalterno. E seu *ethos* é aquele a que está submetido, aquele ao qual está agarrado: “Não se percebem, quase sempre, conhecendo, nas relações que estabelecem com o mundo e com os outros homens, ainda que um conhecimento ao nível da pura *doxa*.” (FREIRE, 2013. p. 52).

Esta “doxa” a que Freire se refere remete à questão originária da filosofia, onde a doxa é o campo de possibilidade do conhecimento. Sua tradução mais exata remete à “opinião” ou “juízo”. Se pensarmos na psicologia do subalterno como aquela que lhe é empregada pelo opressor, temos as condições em que a dialética do senhor e do escravo de Hegel (1997) se manifesta na consciência. Mais adiante trataremos dessa questão epistemológica com mais rigor. Por ora, basta frisar que é mesmo Freire que insere a Dialética do Senhor e do Escravo nesse contexto:

Será na sua convivência com os oprimidos, sabendo-se também um deles — somente a um nível diferente de percepção da realidade —, que poderá compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da dominação. Uma destas, de que já falamos rapidamente, é a dualidade existencial dos oprimidos que, “hospedando” o opressor, cuja “sombra” eles “introjetam”, são eles e ao mesmo tempo são o outro. Daí que, quase sempre, enquanto não chegam a localizar o opressor concretamente, como também enquanto não cheguem a ser “consciência para si”, assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão. (FREIRE, 2013. p. 51)

Fica evidente também a relação do sertanejo Fabiano com os camponeses consultados por Freire:

Não são poucos os camponeses que conhecemos em nossa experiência educativa que, após alguns momentos de discussão viva em torno de um tema que lhes é problemático, param de repente e dizem ao educador: “Desculpe, nós devíamos estar calados e o senhor falando. O senhor é o que sabe; nós, os que não sabemos.”(FREIRE, 2013. p. 52)

O drama da comparação animalesca presente nos suplícios de Fabiano lembra o lamento do camponês que para Freire (2013) afirma estar em desvantagem em relação ao animal, pois este ao menos tem mais liberdade. Ambos enxergam-se como maltrapilhos, e formam sua consciência de subalternos nesse contexto.

Mas, para Freire, os subalternos podem romper a passividade ao aproveitar as brechas de sua condição de oprimidos para se agitar em torno de um drama coletivo:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2013. p. 54)

Ou seja, Freire reconhece a posição ativa que os subalternos podem assumir em detrimento de sua condição pauperizada. E só admite essa tomada de um ponto de vista protagonista, enquanto práxis do educando. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão.” (FREIRE,2013. p. 76), o que nos leva à questão do conteúdo dessa pedagogia que estamos a defender. Afinal, não se pode tirar Freire ou Ramos de um contexto maior que permeou o pensamento ocidental como um todo. A Revolução Russa em 1917 produziu mundialmente uma sobrevida aos movimentos contestatórios do modo de vida capitalista. Desde a Comuna de Paris não se tinha concretizado nada que colocasse os trabalhadores como sujeitos históricos. A escrita de *Vidas Secas* permeia a ascensão do ideal socialista na Europa e suas discussões ao redor do globo que levariam esperanças de dias melhores para os trabalhadores de todo o mundo.

Krupskaya, esposa de Lênin e pedagoga de formação, formulou teses sobre o caráter da educação em meio à sociedade de classes e teve no pós-revolução russa um papel decisivo na tomada de decisões no Narkompros, divisão educacional de jovens e adultos do Partido.

Em 1918, um ano após a tomada do poder pelos Bolcheviques, afirma que:

A finalidade da escola [...] não é determinada pelos interesses dos estudantes, mas pelos interesses da classe dominante, isto é, pela burguesia, e os interesses de uns e de outros frequentemente são essencialmente bem diferentes. (KRUPSKAYA, 2017, p. 65)

Já 3 anos depois postula sobre a educação pública no período após o comunismo de guerra que:

Se nos velhos tempos as crianças iam à escola só para aprender, agora, depois de a guerra ter arrancado os pais de milhões de famílias, com a economia do país destruída, a vida imperiosamente exige o envolvimento mais amplo no trabalho também das mães, irmãs mais velhas e outros, e para a escola foram migradas muitas das funções da família. A escola na Rússia soviética cada vez mais se preocupa com que as crianças sejam alimentadas, vestidas, calçadas, enfim, que elas tenham tudo o que precisam. A pobreza e a destruição do país colocam obstáculos muito difíceis no caminho da construção da escola, mas a merenda escolar e o fornecimento de roupas e calçados pela escola tornaram-se comuns. A tarefa ante o Poder Soviético ficou plenamente definida: através da mediação da escola, o governo soviético deve tomar para si por completo a manutenção de todos os estudantes. (KRUPSKAYA, 2017. p. 84)

Fica evidente que para a educadora, o novo paradigma pedagógico impõe que a educação deve ultrapassar a simples instrução para alcançar papel cuidadoso para com os cidadãos da classe trabalhadora.

Sendo uma pedagogia que se baseia na ruptura com um modo de viga antigo, cuja premissa é esclarecer o papel de classe da escola, ela deve ser inclusiva e comportar as aspirações concretas desses sujeitos que se vêem no ambiente escolar.

Há décadas de diferença, Freire (2011) opunha-se ao que chamaria de educação “bancária”, onde o ensino é uma transferência de conhecimentos. Pode-se pensar na teoria de Locke, por exemplo, como uma educação bancária. Para o filósofo, nossa mente é uma “folha em branco” em que as ideias são importadas de fora e se desenham no intelecto. Quanto a Freire, uma educação possível é aquela em que é dialética, em que a compreensão do saber do aluno motiva e elucida a atividade do professor. Para isso, a educação não pode ser calcada na dicotomia sujeito-objeto da modernidade renascentista.

O verbo assumir é um verbo transitivo e que pode ter como objeto o próprio sujeito que assim se assume. Eu tanto assumo o risco que corro ao fumar quanto me assumo enquanto sujeito da própria assunção. Deixemos claro que, quando digo ser fundamental para deixar de fumar, a assunção de que fumar ameaça minha vida, com assunção eu quero sobretudo me referir ao conhecimento cabal que obtive do fumar e de suas consequências. Outro sentido mais radical tem a assunção ou assumir quando digo: uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (FREIRE, 2011. p. 28-29)

Ou seja, Freire vê no compartilhamento consciente dos subalternos uma pedagogia viva. Como na dialética do senhor e do escravo o mestre torna-se escravo do escravo, o aluno mostra-se professor do professor, porque a pedagogia não é uma educação que se impõe, mas um conhecimento que se compartilha, por isso, é preciso assegurar o espirito crítico e autônomo do educando:

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (FREIRE, 2011. p.41)

A autonomia é tema caro para a pedagogia de Freire, nela, o educador e o educando vêem-se como sujeito social, pois “[...]O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 2011. p. 40). Poder-se-ia dizer, inclusive, como o fazia Piaget, que:

Pensar não se reduz, acreditamos, em falar, classificar em categorias, nem mesmo abstrair. Pensar é agir sobre o objeto e transformá-lo. Num defeito de um carro, compreender a situação não consiste em descrever os defeitos observáveis do motor, mas em saber desmontá-lo e remontá-lo. (PIAGET, 1983. p. 255)

Por isso educar exige compreender, inclusive, que o educando é dotado de saberes que lhe são inerentes por condição de sua práxis. Na condição de subalterno, a identidade cultural do educando é parte significativa da construção desse saber-coletivo.

**1.3 A questão das histórias marginais**

Pensar, preliminarmente, sobre o termo *marginal* é paralelo a se pensar naquilo que encontra-se às *margens de um todo pré-estabelecido.* Geralmente este todo costuma ser vislumbrado pelo senso-comum no sentido das diversas regras e eixos legislativos que compõem a sociedade, sendo, portanto, o marginal designado enquanto aquele que se abstém de se adequar a tais arranjos.

Pazzine (2012, s.p), ao propor uma análise a despeito da marginalidade no âmbito histórico bem observa que

Hoje, quando usamos o termo *marginal,* associamos logo a figura do bandido, do ladrão, mas, ao voltarmos à definição original desta palavra, observamos que seu significado está relacionado a algo que se localiza além das fronteiras. Pensando desta forma, o que ou quem estaria além das fronteiras da História?

Colocado desta maneira, a história é pensada como constructo das elites em função de suas demandas enquanto classe e tendo contra os subalternos o peso da história sobre estes. Disto decorre que a história não seja a mesma e, dificilmente, possa ser “universalizada” nestes termos, o que remonta a um paradoxo, que gênero de sujeitos estão “fora” da história?

Isto posto, pensar sobre história marginal é conferente a se pensar sobre a maneira como a história foi construída ao longo do tempo, eivada na postura de um silenciamento daqueles grupos considerados à margem da sociedade pela perspectiva dominante, constituída sobretudo nos arranjos da epistemologia hegemonicamente eurocêntrica e burguesa. Por isso Pazzine diz ainda que “não conhecemos a História deste grupo sob a sua perspectiva, o seu olhar.(2012)”

De igual modo, Sousa (2012) afirma que no decorrer da história, houve o estabelecimento de uma série de figuras de caráter associado a uma aura de heroísmo, sendo estas versadas, sobretudo, às categorias sociais de generais, patronos das forças armadas, descobridores, presidentes, governadores, ministros.

Nesse mesmo viés, aponta Sousa (2012), enquanto os nome dos indivíduos anteriormente listados são aprendidos e decorados durante toda nossa vida, a existência de outros grupos e indivíduos acaba sendo apagada:

[...] na atitude amnésica, encontram-se certos fatos trançados de tal forma, que são capazes de explicar muitos dos fenômenos sociopolíticos que ocorrem numa formação social dada. No entanto, eles foram deixados pra trás; não foram focalizados para a elaboração de uma história cultural adequada para dar conta da formação identitária de um coletivo.

A atitude amnésica já havia sido apontada, de alguma forma, por Linda Hutcheon (1991), quando denunciou que os historiadores só veem a causa dos grandes heróis tradicionais, guerreiros e salvadores, numa história factual contada por elos de causa a efeito. Hutcheon passou a considerar a importância do cotidiano de pessoas comuns que construíram a história do país sem heroísmo, que foram vencidas, marginalizadas e, mesmo, esquecidas das narrativas históricas tradicionais ou convencionais. (SOUSA, 2012, p.2)

Quais as consequências, ademais, dessa ação de apagamento da memória dos grupos marginais? Responder a tal questão é paralelo a se firmar que as mesmas se dissipam em várias nuances, manifestadas desde o silenciamento epistemológico, que estabelece uma relação onde continuamos a vislumbrar apenas uma narrativa específica e hegemônica, versada nas caracterizações já elencadas anteriormente no presente trabalho.

Outrossim, conforme destaca Sousa (2012), tomando o conceito dos cronotopos de Bakhtin (2002), significado na “[...] unidade espacial dinamizada pela temporalidade de uma ou várias narrativas dadas.” (SOUSA, 2012, p.2), assim, as características do apagamento da memória dos marginais também se apresenta no âmbito prático. Sousa (2012, p.2-3), buscando demonstrar uma exemplificação dessas implicações, refere-se ao caso da violência vigente na sociedade brasileira, focando na questão das favelas:

Nessa dialética entre memória e esquecimento, reportamo-nos à sociedade brasileira cotidiana com seu grande cenário de violência. A violência social, praticada por bandidos delinquentes, tem suas bases assentadas nas favelas, que é um cronotopo já conhecido no mundo inteiro, utilizado com seu termo próprio em língua portuguesa, sem traduções. Os bandidos quadrilheiros, muitas vezes traficantes de drogas, tornaram-se o “outro” da resistência aos regimes hegemônicos e figuram como protagonistas em uma série de produções literárias, fílmicas e musicais contemporâneas. É bem verdade que uma parte do público já considera que a representação de quadrilheiros, com seus socioletos, faz parte de uma memória saturada; outra parte considera que existe, ainda, uma grande necessidade de se mostrar à sociedade brasileira onde estão as causas de tanta violência e o porquê de se ter esquecido de insistir na compreensão da formação das classes sociais brasileiras.

Ao propor uma reflexão referente à importância do conhecimento acerca das histórias que compõem os grupo marginais, Pazzine (2012, s.p) ainda discorre:

[...] conhecer a história dos marginais não é apenas significativo para se entender aquilo que em muitos casos ainda não foi desvendado, como também para se compreender um pouco mais da história das elites, que no fim, acabam por compor uma mesma sociedade, mesmo que seja preenchida de disparidades. Portanto, ao lermos artigos sobre os loucos, a sexualidade ou os crimes em uma região devemos ser mais atentos, pois, não se tratam de meras curiosidades, mas sim, de complementos da História divulgada oficialmente.

Às consequências desse processo de silenciamento dos indivíduos se relaciona, também, a questão do epistemicídio, conceito galgado por Boaventura de Sousa Santos (1995), que diz respeito justamente à destruição ocasionada pela lógica colonial-capitalista que renega uma série de epistemologias e saberes que fogem de tal ordenamento. Ademais, Santos e Menezes (2010, p.7) põem:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Para além da violência social discorrida por Sousa (2012), emerge também uma violência manifestada no campo ideológico, onde o saber construído pelos moldes colonialistas atua de maneira a manter uma série de desigualdades (MARTINS e MOITA, 2018).

Estabelecido isso, quem são os marginais? Ao decorrer deste trabalho será possível encontrar com ênfase a denominação de subalternidade, que guarda uma demarcação hierárquica perante a estrutura da sociedade ocidental.

Essa identidade abarca tanto os proletários (trabalhadores sob relações de produção capitalistas), quanto desempregados, oprimidos, maltrapilhos, enfim, sujeitos invisíveis outrora retratados pelo marxismo ortodoxo como “lumpen-proletariado”.

O sertanejo, por assim dizer, é um desapossado em vias de proletarização, por vezes inscrito em uma miséria que nem lhe permita aquilo que Marx chama valor necessário para perpetuação da força de trabalho. Cabe ressaltar, no percurso aqui estabelecido, que os proletários guardam mais semelhanças do que diferenças dos outros gêneros de subalternos. A este respeito, Cicero e Hirata (2009, p.11) afirmam que “[...] dominação política, exploração econômica e limitações ao acesso à cultura não estão dissociadas. Pelo contrário. Se há exploração do trabalho, há dominação, quer esta seja política, quer seja cultural.”, portanto, nos interessa mais ampliar o objeto de estudo visto que este difere qualitativamente e indubitavelmente das classes dominantes.

A propósito das lutas sociais na América Latina e a emergência de governos de esquerda Negri e Cocco(2005.p. 143-144) descrevem como uma condição particular do subdesenvolvimento deliberado a figura desses subalternos, ecos disso podem ser encontrados em suas conjecturas sobre o cenário geopolítico e a luta dos desapossados:

[...] na América Latina, a conquista da modernidade (ou seja, a construção do Estado-Nação) assume conotações profundamente ligadas a uma estratificação social que,a partir do extermínio, modula-se infinitamente. A extrema variedade das modulações e as estratégias de resistência desenvolvidas por índios e afro-descendentes podem até fazer pensar em um modelo bem-sucedido de integração racial. Na realidade, quando a integração racial aparece, ela encontra seu maior obstáculo justamente no Estado-Nação e na soberania de uma elite de poder em relação à qual a mestiçagem é a modulação do biopoder, negação da potência biopolítica dos diversos por parte do branco dominador. A cor é, portanto, cromatismo da dominação: não domina porque é branco, mas quem domina é branco! Esta dimensão é tão forte que, no caso do Brasil e do México, atravessa todos os períodos históricos com grande continuidade: a exclusão sistemática ( com vários métodos, segundo os casos) dos “bárbaros”, ora escravos e índios analfabetos, ora analfabetos, na verdade, ex-escravos, índios e mestiços. Só em 1985, os analfabetos, componente até hoje numerosíssimos da população, terão direito ao voto no Brasil.

Ora, é esse componente social que ganha corpo e desafia inclusive a lógica dominante. Euclides da Cunha (*apud* Negri e Cocco, 2005) chamou as expedições em Belo Monte (Canudos) de “Força motriz da história”, ao passo que reconhecia inegavelmente a destreza e paixão das tropas de conselheiro. Como para nós o que interessa é o que foi documentado, Cunha retrata a questão pondo o olhar do colonizador através de sua literatura, e onde se via o afogar das tropas sertanejas como uma vitória da democracia, também ficava evidente que não havia horizonte democrático para quem resistisse à República Brasileira, em suma, não haveria “história” para quem desafiasse a subalternidade.

À história, então, deverá ser requisitada uma aura diferente do cosmopolitismo, como se dentro dele houvesse coesão. Fazendo um paralelo com o problema da escravidão, Martins e Moita afirmam que:

o cenário histórico imposto a população negra que se tornou marginalizada pelo sistema escravista, e que, não proporcionou qualquer tipo de equidade, ou justiça social nas relações de trabalho entre escravocratas e escravizados fez com os mesmo herdassem todo estigma que fora atrelado ao trabalho que aqueles sujeitos desenvolveram. (2018. p.4)

Ou seja, o lugar dos marginais ocupa espaço sempre que as elites dependem dessa clivagem e sempre que a subalternidade for mecanismo de perpetuação da dominação. Esse paradigma envolve tantos atores quanto mais eles possuam entrada nas elites que escrevem a história. No Brasil essa configuração fica clara, por exemplo com a tese de “democracia racial” que esconde uma distinção prática entre a história do negro e do branco no Brasil pós-colonial. *Uma história marginal*, então, consiste em retirar os subalternos do lugar de nota de rodapé e pensar nessa categoria como constituinte da história. Além de não pensar a subalternidade fora da perspectiva da história.

**2. EIXOS NARRATIVOS E HISTÓRICOS**

**2.1 Graciliano e a psicologia do subalterno**

Quando buscamos refletir a despeito da questão da psicologia do subalterno, podemos elaborar uma articulação direta de tal tema com a teoria de Spivak (2010) em relação à possibilidade de fala do subalterno. Se, historicamente, se construiu com constância um ambiente onde os indivíduos que estão relegados à categoria da subalternidade não têm acesso à voz ativa, a tendência no âmbito psicológico dos mesmos se relaciona, evidentemente, a uma situação de crer apenas na realidade onde os mesmos se encontram em constante estado de subjugamento.

Braga e Campos (2012), nesse sentido, já afirmavam que a representação social tem uma relação direta com os papéis articulados na formação de condutas. Isto posto, quando articulamos tal questão em relação ao caso dos subalternos, dada que sua representação social foi construída historicamente sob os moldes do silenciamento, os papéis a serem oferecidos aos mesmos tendem a perpetuar essa relação de subalternização do indivíduo. A subalternização, por sua vez, como vimos, é a geratriz das relações de silenciamento, bem como de auto-subjugamento por parte de tais indivíduos.

É interessante trazer, nesse viés, aquilo que foi estabelecido por Silva (2018, p.330) no que tange à teoria de Spivak (2010), doravante à própria ausência de voz do subalterno:

Spivak argumenta que o intelectual “de Primeiro Mundo”, ao teorizar sobre o Outro oprimido, não lhe oferecia um espaço todo seu para o desenvolvimento da autonomia. A resposta à sua própria pergunta é negativa, pois o subalterno não pode falar devido a sua condição, e que o intelectual tampouco tem o direito de falar por ele. A autora defende que a tarefa do intelectual é oferecer um espaço não apenas para que o subalterno fale, mas também para que possa ser escutado. “Oferecer” pode ser um verbo que denote alguma condescendência paternalista, que não é definitivamente a intenção de Spivak. “Oferecer um espaço” precisa ser confrontado com a problematização do intelectual sobre seu próprio trabalho, sua inserção numa economia simbólica com a qual é tanto familiarizado quanto autorizado por ela. Sem pensar sobre o reforço contínuo das categorias às quais deseja criticar como parte inerente do processo de crítica, o intelectual inserido no mercado de divisão de saberes como autoridade legítima cria o Outro subalterno como sujeito validante de suas práticas e discursos.

Como relacionar, por sua vez, tais questões com o interior da obra *Vidas Secas*?

Bosi (1994) afirma que Graciliano Ramos concebe seus personagens a partir de sua interação com a natureza e seu meio; de forma antinômica, esse mesmo meio é tido como estranho, o personagem não se enxerga neste meio. E a dramatização desse conflito é narrada com destreza pelo autor. As condições narrativas são a de um autor crítico e voraz:

O realismo de Graciliano não é orgânico nem espontâneo. É crítico. O “herói” é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo. Sofrendo pelas distâncias que o separam da placenta familiar ou grupal, introjeta o conflito numa conduta de extrema dureza que é a sua única máscara possível. (BOSI, 1994. p. 325)

No intuito de trazer uma exemplificação dessa afirmação de Bosi (1994) no que diz respeito à obra de Graciliano Ramos, podemos pensar em principais pontos: 1) não há a construção mística de nenhum personagem que compõe a obra sob os moldes heróicos; 2) a vida dos personagens que compõem a obra estão em constante associação com o sertão, espaço onde os mesmos se inserem; 3) ao mesmo passo em que suas vidas se associam ao sertão de maneira constante, os mesmos têm a dificuldade de se associar em relação a este meio, mas se vêem, constantemente, em uma associação de pertencimento a uma espécie de “sina” que devem cumprir.

Preliminarmente, pleiteando traçar uma argumentação no que diz respeito à não construção heróica dos personagens de *Vidas Secas,* é possível refletir que há um atrelamento com o próprio estilo realista, de maneira a descrever os indivíduos da maneira com a qual estes realmente são: pessoas, eivadas em qualidades, mas também em defeitos. Trazendo a exemplificação de Fabiano, que se porta na narrativa de Graciliano Ramos enquanto personagem principal, podemos pensar sobre a maneira como este expressa seus sentimentos; Fabiano sente raiva, sente medo, sente vontade de sede de vingança. Trazendo à tona o trecho onde este se depara com o soldado amarelo por acaso:

Fabiano pregou nele os olhos ensanguentados, meteu o facão na bainha. Podia matá-lo com as unhas. Lembrou-se da surra que levara na noite passada na cadeia. Sim senhor. Aquilo ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. Estava certo? O rosto de Fabiano contraía-se, medonho, mais feio que um focinho. Hem? Estava certo? Bulir com as pessoas que não fazem mal a ninguém. Porquê? Sufocava-se, as rugas da testa aprofundavam-se, os pequenos olhos azuis abriam-se demais, numa interrogação dolorosa.[...]

Durante um minuto a cólera que sentia por se considerar impotente foi tão grande que recuperou a força e avançou para o inimigo. (RAMOS, 1986, p.101)

Assim, em um movimento disruptivo a períodos literários anteriores, que se esforçavam pela criação de personagens perfeitos, versados nas qualidades do perdão e da compreensão, Graciliano Ramos traz uma imagem do seu protagonista com qualidades que não se portam nesse paradigma heróico. Ainda que, ao final do conflito retratado no capítulo a despeito do Soldado Amarelo, Fabiano não erga nenhum ataque à figura, mas acabe por ensinar ao mesmo o endereço do local pretendido, a narração que descreve seus sentimentos mais profundos de vingança trazem de modo perspicaz as características literárias que permearam o realismo brasileiro.

Ademais, sobre sua relação com o sertão, a narrativa como um todo deixa essa relação clara. A vida de peregrinação dos personagens que compõem a obra em uma constante busca por melhores condições de vida, a temporalidade de suas reflexões, ações e intenções com base na esperança pelo cessar a seca. A despeito deste último é possível trazer um trecho que reflete alguns pensamentos de Fabiano:

Olhou a caatinga amarela, que o poente avermelhava. Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo – anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar. Ele estava marchando para casa, trepando a ladeira, espalhando seixos com as alpercatas – ela se avizinhando a galope, com vontade de matá-lo. (RAMOS, 1986, p.23)

Além disso, a própria esperança de melhoria de suas vidas no fim do livro se associa à esperança de terem encontrado água no local em proximidade a onde haviam se estabelecido temporariamente:

Se achassem água ali por perto, beberiam muito, sairiam cheios, arrastando os pés. Fabiano comunicou isto a sinha Vitória e indicou uma depressão do terreno. Era um bebedouro, não era? Sinha Vitória estirou o beiço, indecisa, e Fabiano afirmou o que havia perguntado. Então ele não conhecia aquelas paragens? Estava a falar variedades? Se a mulher tivesse concordado, Fabiano arrefeceria, pois lhe faltava convicção ; como sinha Vitória tinha dúvidas, Fabiano exaltava-se, procurava incutir-lhe coragem. Inventava o bebedouro, descrevia-o sem saber que estava mentindo. E sinha Vitória excitava-se, transmitia-lhe esperanças. Andavam por lugares conhecidos. Qual era o emprego de Fabiano? Tratar de bichos, explorar os arredores, no lombo de um cavalo. E ele explorava tudo. Para lá dos montes afastados havia outro mundo, um mundo temeroso; mas para cá, na planície, tinha de cor plantas e animais, buracos e pedras. [...]

Sinha Vitória pediu o binga ao companheiro e acendeu o cachimbo. Fabiano preparou um cigarro. Por enquanto estavam sossegados. O bebedouro indeciso tornara-se realidade. Voltaram a cochichar projetos, as fumaças do cigarro e do cachimbo misturaram-se. (RAMOS, 1986, p.123-124)

Tal acontecimento altera até a percepção de Fabiano sobre a educação de seus filhos; se, em um momento anterior o mesmo defendia que estes deveriam vaquejar, como o mesmo, a partir do encontro do suposto bebedouro, Fabiano, junto a sinha Vitória, passa a defender que estes frequentem a escola: “Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinha Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira.” (RAMOS, 1986, p.26)

Por fim, da mesma maneira em que ocorre essa constante associação do indivíduo ao meio em que ele se insere, ocorre uma ação deste não se reconhecer no mesmo. Ainda que algumas cenas de *Vidas Secas* retratem a revolta de Fabiano em relação aos *soldados amarelos*, que ocupam a posição de braço armado do Estado, em maior parte do tempo a situação à qual os personagens são submetidos diante do contexto de seca é demonstrado enquanto uma espécie de “sina” à qual estes estão submetidos.

Ainda no momento em que passam a articular um futuro onde seus filhos frequentariam a escola, Fabiano e sinha Vitória têm uma concepção de que não mudarão de vida:

E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos. (RAMOS, 1986, p.126)

Desse modo, esse espírito crítico se mostra claramente quando, em “Vidas Secas”, concretiza a psicologia do subalterno sob a alcunha de Fabiano.

Destreza igual já tinha sido realizada com “Os Sertões” de Euclides da Cunha, mas não se tinha dotado de vida os personagens do mesmo como aqueles criados por Graciliano demonstraram. Se figuras como Antônio Conselheiro e Fabiano ganham vida a partir de nossa leitura, concedemos a só um deles existência, mas a ambos possibilidade, porque ambos personagens assumem contornos reais e refletem o matuto e seu modo de vida. Essa é talvez a maior destreza do trabalho de Graciliano, tornar o possível de Leibniz[[3]](#footnote-3) real:

Vidas Secas abre ao leitor o universo mental esgarçado e pobre de um homem, uma mulher, seus filhos e uma cachorra tangidos pela seca e pela opressão dos que podem mandar: o “dono”, o “soldado amarelo”… O narrador que, na aparência gramatical do romance de 3a pessoa, sumiu por trás das criaturas, na verdade apenas deslocou o “fatum” do eu para a natureza e para o latifúndio, segunda natureza do Agreste. (BOSI, 1994. p. 326)

Ademais, a forma narrativa reflete uma modernidade ao qual Graciliano não encontrou forma no modernismo. Para Bosi, Graciliano foi um modernista antimoderno (BOSI, 1994) pois opunha-se a seguir o cânone gramatical. Fato é que sua influência foi sentida com vigor na literatura brasileira a partir de 1930. Segundo Gomes (2021) Ramos teria sido responsável pela apresentação do jornalista e escritor Joel Silveira a José Carlos Cavalcanti Borges. Na ocasião, publicava-se a coleção Contos Brasileiros, e o conto *Neblina* jazia entre as páginas da imprensa literária após vencer um concurso promovido pelo *jornal Dom Casmurro:*

O concurso fazia parte de um projeto de intervenção cultural do jornal, cujos responsáveis, motivados pelo sucesso que vinham alcançando junto ao público e à crítica, propuseram um programa que incluía, “[...] conferências culturais e debates [...] ao que se deve somar a primeira (e única) sessão de cinema cultural [...]”. Os setecentos concorrentes inscritos no concurso são um indício do sucesso do jornal e também da atração que o gênero conto exercia sobre os literatos do período; ao final de um longo processo, José Carlos Cavalcanti Borges saiu vitorioso, com o primeiro e o segundo lugar no certame. O concurso não garantia que as obras premiadas fossem editadas na forma de livro; oferecia, além dos prêmios (coleções das grandes editoras do período), a publicação no próprio jornal, o que significava alguma coisa em termos de circulação literária. A publicação, em forma de livro, foi facilitada por Joel Silveira; em sua coluna *Podia ser pior…*, Silveira afirmou ter ouvido falar do José Carlos Cavalcanti Borges através de Graciliano Ramos, jurado do concurso em *Dom Casmurro*, que afirmava ter encontrado ali um “conto definitivo” na literatura nacional. Graciliano Ramos era opinião abalizada no final de 1930, afinal, apesar dos percalços, sairia daquela década como um dos dez melhores romancistas da literatura nacional. A opinião de Ramos estimulou Joel Silveira a indicar o autor àqueles que eram os seus editores: Quando De Plácido e Silva e Moacyr Arcoverde, em 1939, me escreveram a propósito da fundação de editora nova, e me pediam que sugerisse alguns livros “novos” para edição futura me lembrei logo de José Carlos Borges. Achava que os rapazes de Curitiba deveriam mandar buscar “Neblina” e o editar imediatamente. (GOMES, 2021. p. 207-208)

A inovação na estética literária, constantemente, se demonstrou enquanto um dos traços das obras escritas por Graciliano Ramos. O modo de construção das personagens, o estilo narrativo, ou a maneira de denunciar, através das linhas, aquilo que se passava no mundo eram questões que marcaram o seu estilo artístico. No tópico seguinte, visualizaremos essa questão mais afundo, trabalhando o momento em *Vidas Secas.*

**2.2 O momento de *Vidas Secas***

A obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, foi publicada no ano de 1938. São muitas as particularidades atreladas à obra, perpassados sobretudo na questão estilística empregada pelo autor, como também na apropriação de elementos que versavam no contexto histórico do período em questão. À primeira vista, resgatar alguns dos elementos atrelados ao estilo de Graciliano Ramos para falar sobre o momento de *Vidas Secas* pode parecer uma escolha controversa; todavia, ambos os pontos se encontram atrelados – isto é, a estética literária da obra se associa ao momento de escrita da mesma.

Preliminarmente, Lins (1986), no posfácio a uma das edições de *Vidas Secas*, descreve que essa é a história mais brasileira de Graciliano Ramos, além de ser o primeiro romance do autor cuja narrativa é feita na terceira pessoa. A despeito disso, Lins (1986, p.152) escreve:

Aliás, não será significativo e explicativo a este respeito que *Vidas Secas* seja a sua primeira obra de ficção em que a pessoa encarregada de narrar a história não é um personagem, mas o próprio romancista. Não será isto um sinal de que antes deixava os personagens entregues à própria sorte, enquanto agora se identifica com os desgraçados nordestinos de *Vidas Secas?*

A abordagem expressa por Lins (1986) no que tange à obra de Ramos (1986), é atrelada com vigor à apresentação de pontos que expressam comparações entre *Vidas Secas* e os demais romances por ele escritos. Pensando nesse sentido, qual poderia ser o ponto que se apresentou em responsabilidade à mutação estética na literatura do autor? É a partir desse questionamento que nos aprofundaremos no ponto das questões que permeavam o contexto histórico do período.

No que tange à associação entre arte e realidade, com ênfase na questão literária, Lukács (2000, p.91) propõe que “O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência”. Isso converge à própria constatação de Lins (1986) transcrita anteriormente, que propunha um elo de identificação entre Graciliano Ramos e as vidas secas existentes no sertão.

Ademais, pensando na influência do contexto histórico em que se concentra a obra, urge ressaltar que no momento referente à década de 1930 – e sobretudo no que tange ao seu final – o Brasil é marcado por uma série de acontecimentos que abalam sobretudo as instituições democráticas do país. A Revolução de 1930, a prisão de Luís Carlos Prestes, a outorga da quarta Constituição brasileira – que deu início ao regime Estado Novista – e a própria assinatura, por Getúlio Vargas, do decreto-lei que extinguiu todos os partidos políticos do país, o vigor do Movimento Integralista são apenas exemplificações de fatos ocorridos no recorte em questão.

Além disso, em âmbito mundial ocorriam coisas como o início do *New Deal* – plano de recuperação financeira após a quebra da Bolsa de Valores nos Estados Unido da América, a escalada de movimentos e ditaduras fascistas – como o *mussolinismo* na Itália, o *salazarismo* em Portugal, o *franquismo* na Espanha ou o nazismo na Alemanha – e o próprio vigor de Joseph Stalin na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Assim se percebe que não apenas o Brasil, mas também o mundo se encontrava sobretudo num contexto de explosões ligadas ao fascismo e à díade capitalismo e socialismo. Hobsbawm (1997, p.107-108), em análise à questão da escalada fascista, descreve:

Na Europa, por motivos óbvios, esses movimentos pertenciam marcadamente à direita política. Assim, dentro do sionismo (que nessa época era um movimento quase só de judeus asquenazitas vivendo na Europa), a ala do movimento que se voltava para o fascismo italiano, os “revisionistas” de Vladimir Jabotinsky, era vista e se classificava como da direita, em oposição aos sionistas (predominantemente) socialistas e liberais. Contudo, a influência do fascismo na década de 1930 não podia deixar de ser, em certa medida, global, mesmo porque ele estava associado a duas potências dinâmicas e ativas. Mas, fora da Europa, foram poucas as condições para a criação dos movimentos fascistas como no continente de origem. Portanto, onde surgiram movimentos fascistas ou claramente influenciados pelo fascismo, sua localização e função políticas eram muito mais problemáticas.

No Brasil, o fascismo foi representado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas e pelo Movimento Integralista. O Integralismo, mais especificamente a Ação Integralista Brasileira (AIB) tem seu início em 1932, a partir da assembleia da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) proposta por Plínio Salgado, líder do movimento civil de caráter nacionalista, conservador e com inspirações no fascismo italiano, com a intenção de transmitir os ideais promovidos pelo grupo (BARBOSA, 2006), baseados na tríade “Deus, Pátria e Família”.

Ao que tange ao Estado Novo, por sua vez, Hobsbawm (1997), em seu “A era dos extremos”, ao buscar interpretar a série de conflitos e transformações que impactar a sociedade no contexto do século XX – mais especificamente entre os anos de 1914 e 1991 – visualiza o regime em questão enquanto uma das amostras da herança fascista europeia em solo latino-americano:

Na América Latina é que a influência fascista européia foi aberta e reconhecida, tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil. [...]

Mas, visto do outro lado do Atlântico, o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a ser imitado por políticos promissores de um continente que sempre recebera inspiração das regiões culturalmente hegemônicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tornar-se modernos, ricos e grande [...] (HOBSBAWN, 1997, p.109-110, *grifo nosso*)

Isto posto, sendo o Estado Novo um regime de cunho ditatorial, ademais, é mais que evidente que em tal contexto existiam restrições ligadas à liberdade de expressão; logo, a categoria artística era impedida de se expressar livremente. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o próprio Ministério da Educação, no Estado Novo, buscava constantemente a criação de uma imagem onde a literatura expressasse uma imagem do Brasil aos moldes da doutrina estado-novista.

No Estado Novo, o intelectual responde à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma idéia já enraizada historicamente campo intelectual. O que varia é a delimitação do espaço de atuação deste grupo — da torre de marfim para a arena política —, permanecendo o seu papel de vanguarda social. O trabalho do intelectual — agora engajado nos domínios do Estado — deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político. (VELLOSO, 1987, p.60)

Em paralelo a isso, ocorria o temor aos fantasmas da subversão e do socialismo. Nesse sentido, era evidente a busca por se apagar qualquer força social pautada pelos autores que publicaram em tal recorte (KIFFER, 2022). Ou seja, qualquer entrada dos autores em temáticas associadas à pobreza no país, a título de exemplo, era censurada e vista com maus olhos pelo governo.

No caso específico das obras de Graciliano Ramos, há de se ressaltar alguns pontos: o autor teve relação direta com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), filiando-se ao mesmo nos anos 1950; além disso, precisamos resgatar sua viagem à União Soviética em 1952, que rendeu a obra *Viagem,* publicada postumamente; e seu próprio *Autoretrato aos 56 anos,* onde o autor a certa altura escreve:

Odeia a burguesia. Adora crianças Romancistas brasileiros que mais lhe agradam:

Manoel Antonio de Almeida, Machado de Assis, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz

Gosta de palavrões escritos e falados

Deseja a morte do capitalismo (RAMOS *apud* KIFFER, 2022, p.3)

Os posicionamentos políticos do autor, em junção às restrições de liberdade do período, culminaram em sua prisão no ano de 1936, sob a acusação de “crime de subversão”. Deve-se recordar, todavia, que o autor pouco exprimia posicionamentos políticos no período em que foi preso. Conforme destaca Kiffer (2022, p.3):

[...] o social tornou-se sinônimo de engajado. E, em seguida, logo fizeram dessa palavra um terrível e abominável adjetivo. Graciliano não deixava de ser aqui, mais uma vez, aprisionado. Decerto, a comunhão entre uma originalidade temático-estética e o conhecimento das grandes obras do ocidente tornaram a literatura de Graciliano inovadora.

A prisão lhe inspiraria à escrita do capítulo *Baleia*, que deu origem à obra *Vidas Secas*; além disso, foi também quando esteve na prisão que Graciliano Ramos escreveu sua autobiografia, *Memórias do Cárcere.*

Os apontamentos de Kiffer (2022) a despeito do papel social da literatura de Graciliano Ramos são de grande valor, posto que possibilitam a compreensão das intenções do mesmo na escrita de *Vidas Secas*, galgadas na denúncia do descaso direcionado ao povo sertanejo. Ademais, embora sua literatura desde sempre tivesse esse caráter de vínculo com o social, certamente após seu encarceramento essa característica torna-se mais evidente.

Ao citarmos os apontamentos presentes no prefácio de Lins (1986), percebemos que *Vidas Secas* carrega uma série de particularidades, presentes na estrutura narrativa, na montagem dos capítulos ou na própria constituição dos personagens. Ademais, Bastos (1998), ao propor uma análise da obra de Graciliano Ramos à luz de suas ideias exprimidas no *Memórias do Cárcere,* percebe uma verdadeira virada nas obras do autor:

Depois da leitura de *Mc* [Memórias do Cárcere], como já dissemos, nenhum livro de Graciliano Ramos permanece igual ao que era antes. A esse raciocínio poder-se-ia objetar que as *Mc* reaparecem nos demais livros de igual modo que estes nelas. Esta é a perspectiva do leitor, colocado numa dimensão retrospectiva. [...] o tenente responsável pela prisão do personagem-autor ressurge em *Vidas Secas* com o nome de “soldado amarelo”. *Vidas Secas* foi escrito após a experiência da prisão, mas as *Mc* foram escritas depois de *Vidas Secas.* (BASTOS, 1998, p.120)

Assim, pensarmos sobre o tempo em *Vidas Secas* é equivalente a se pensar essa série de fatos convergentes, manifestados na vida pessoal de Graciliano Ramos, ou no contexto político-social vivenciado no mundo. Sua escolha pela denúncia do descaso com as vidas sertanejas se revela enquanto uma simultânea revolta perante a invisibilidade sofrida por estas, ao próprio contexto de polaridades e escalada totalitária onde ocorreu a escrita e às restrições à sua liberdade no momento de cárcere.

**3. DECOLONIALIDADE E IDENTIDADE**

**3.1 Sobre a questão decolonial e a identidade**

A perspectiva decolonial aparece na medida em que o subalterno se enxerga como sujeito social e não nos limites delimitados pelo pensamento marcado pelo colonialismo. Memorável é a definição de Elias (1970) sobre a noção de identidade, onde compreende-se os aspectos sociais a partir de uma noção histórico-social, sem recorrer de um lado a uma generalização dogmática ou um relativismo limitado à contemplação. Fato é que o subalterno, pensado como identidade, opõe a uma razão colonial, ou seja, que lhe é externa, uma configuração própria que o dota de uma epistemologia de tipo novo. Acerca dessa mudança de paradigma Organista e Silva afirmam que:

Cabe, portanto, o esforço de desconstruir o sujeito como um dado a priori, que caminha sob uma linha unívoca, unilinear, e percebê-lo como um ser histórico-social, fruto de múltiplas determinações, que constantemente está flertando com um denso processo de subjetivação e de identificações nas mais variadas configurações. (ORGANISTA e SILVA, 2003, p. 333)

Para os autores, a noção de identidade enquanto sujeito transcendental (vinculado à filosofia kantiana) reforça uma fuga da historicidade ou uma subjetivação como vontade individual, mas repele a identidade-nós que se opõe à identidade-eu (2003), tirando assim a autenticidade epistemológica da psicologia dos subalternos como corpo social. Ao passo que concebe-o *a priori*, torna enigmática a tentativa de concebê-lo universalmente:

[...] o envolvimento ou compromisso expresso pelo pronome “nós” costuma ser mais forte, provavelmente, no tocante à família, ao domicílio ou à região natal e à afiliação a um país. A coloração da identidade-nós fica visivelmente esmaecida quando se passa às formas pós-nacionais de integração, como as uniões de Estados africanos, latino-americanos, asiáticos ou europeus. A função do plano mais elevado de integração - a humanidade - como foco de identidade-nós humana talvez esteja crescendo. Mas provavelmente não haverá exagero em dizer que, para a maioria das pessoas, a humanidade como referencial da identidade-nós é uma área em branco em seus mapas afetivos. (ELIAS, 1987, p.166)

Dada essa definição do sujeito social, e pensando-no alicerçado sob uma dinâmica de subserviência e atrelamento ao sentido epistemológico do colonizador, a perspectiva colocada sob o subalterno deve ser olhada a partir de seu ponto de vista como sujeito histórico.

Mignolo, nesse sentido, nos convida a refletir sobre “um novo pensamento”, opondo-se à convencionalidade do discurso universalizante. Em seus termos:

Esse Pensamento liminar e essa dupla crítica são as condições necessárias para “um outro pensamento”, que não é mais concebível na dialética de Hegel, mas localizado na fronteira da colonialidade do poder no sistema mundial moderno. Por quê? Porque a dialética de Hegel pressupõe uma concepção linear do desenvolvimento histórico, enquanto “um outro pensamento” se baseia nas confrontações espaciais entre diferentes conceitos de história. Ou, devo dizer, quando são levadas em consideração diferentes históricas locais e suas particulares relações de poder. (MIGNOLO, 2003. p.102-103)

Isso que o autor chama “pensamento liminar” é uma tentativa de resgate da epistemologia própria daqueles que foram relegados sob a alcunha de povos “sem história”. A tentativa de universalização através do estigma seria não só uma afronta, como factualmente limitada.

Trazer uma ponte com a obra ``Vidas *Secas ``,* de Graciliano Ramos, é correspondente à associação dos momentos de subjugo dos personagens em relação às pessoas de autoridade e/ou que povoam o espaço urbano. Resgatando um trecho respectivo ao pensamento de Fabiano:

Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. Cortar mandacaru, ensebar látegos – aquilo estava no sangue. Conformava-se, não pretendia mais nada. Se lhe dessem o que era dele, estava certo. Não davam. Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos. Porque seria que os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte dos ossos? Fazia até nojo pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias. (RAMOS, 1996, p.96)

Para além dessa citação, a própria referência de Fabiano ao povo da cidade, enquanto “os brancos” – há de se recordar que, como ressalta Moura (2020), embora Fabiano seja um personagem fenotipicamente composto pelas características da pele branca e dos olhos azuis, este se reconhece a certa altura da história enquanto “um negro cativo diante do governo dos brancos” – ou as cenas que descrevem sua dificuldade de encaixar-se em outros grupos [[4]](#footnote-4) para além daqueles compostos por seu núcleo familiar ressaltam a subalternidade à qual o sertanejo se encontra submetido na cultura brasileira.

Dessa maneira, “Os povos sem história” situavam-se em um tempo “anterior” ao “presente”. [E] os “povos com história” sabiam escrever a dos povos que não a tinham. (MIGNOLO, 2003. p. 23). É em um sentido similar que Walter Benjamin (1940) discorreu que a história não se escreve da maneira com a qual esta realmente aconteceu, mas sim da maneira com a qual aqueles que a contam – “os vencedores” – vislumbraram a mesma.

Benjamin descreve essa questão da não necessária coesão entre história e realidade sob a perspectiva de compreender que quem vislumbra e escreve sobre os acontecimentos é a classe dominante – isto é, a burguesia. Porém, se elaborarmos um esforço teórico podemos ir além do ponto instaurado pelo primeiro autor, mostrando que a história escrita pelos vencedores é também a história que foi contada pelo colonizador.

Mignolo (2003, p.10) evidencia de maneira perspicaz essa questão, também ao trazer o ponto daquilo que ele chama de *diferença colonial*. Para o autor em questão:

A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta.

No que tange à significação de *colonialidade do poder*, empregada no trecho citado de Mignolo (2003), essa é correspondente a um termo do interior da obra de Quijano (2005). Para o último, no capitalismo ocorre a constituição de um tipo de poder baseado com vigor na questão da raça, o que seria compatível à possibilidade de criar uma consciência dos colonizados enquanto inferiores aos colonizadores.

Quijano (2005, p.117) evidencia que a ideologia racial no sentido moderno tem seu nascimento no momento de colonização da América Latina, assim

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Com base nisso, para Aníbal Quijano, as identidades produzidas sob o jugo do colonialismo, ligadas à questão da raça, foram com o passar dos séculos associadas aos laços capitalistas. Assim, nas linhas do autor, ocorreu uma divisão racial do trabalho:

[...] os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias (QUIJANO, 2005, p.118)

O momento descrito na citação que transcrevemos no parágrafo anterior se apresentava ainda em uma conformidade com o período colonial; todavia, ao descrever o contexto capitalista moderno, onde o continente europeu se encontra em uma posição de centro do capitalismo mundial, Quijano (2005, p.121) expressa que este não apenas porta o controle do mercado como também segue na imposição de seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta:

[...] em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. Desse modo, depois da América e da Europa, foram estabelecidas África, Ásia e eventualmente Oceania. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações.

Esse ponto mencionado a despeito da identidade se atrela à própria questão das nações sem histórias descritas por Mignolo (2003) e já citada no presente trabalho. Quijano (2005) dá continuidade à sua tese afirmando que a incorporação de diversas histórias culturais a um único universo, sendo este único universo dominado pela Europa, acarretou à hegemonia de uma única perspectiva cultural (sendo esta a eurocêntrica).

Em um contexto marcado por essas questões, como ficam as demais culturas, dissociadas desse ideal eurocêntrico? Muito embora hoje, sobretudo através de linhas como os estudos da subalternidade, os estudos decoloniais, dentre outros, ocorra uma relação de reconhecimento do pluralismo cultural, em um contexto preliminar o que ocorria era uma ação de marginalização das mesmas.

# **3.2 Gnose e decolonialidade**

Da constatação do que entendemos por pensamento decolonial, vale ressaltar as nuances epistemológicas disso.

Incentivado a escrever sobre filosofia africana, Valentim Y. Mudimbe teve mesmo de readaptar a discussão gnoseológica. Porque como de outra forma, a não ser pela própria noção de episteme que era a compatível com os povos africanos, poderiam submeter-se a uma nomenclatura erigida pelos gregos?

É sabida a influência que o pensamento grego importou do Egito, e o próprio desenvolvimento intelectual no ocidente não pode ser pensado nos espaços delimitados de um continente, mas foi circunscrito a uma lógica intimamente grega que o conceito dado a epistemologia pôde se desenvolver.

Antes do advento do Renascimento e suas últimas consequências levadas a cabo pelo iluminismo, a filosofia e (aquilo que viria se chamar) a ciência importara da Grécia antiga sua razão de ser. Platão escreveu e deu vida a contos que marcariam a fonte e a distinção entre as formas de conhecimento. Entre as discussões que se envolveu, marcou a distinção que existiu entre “doxa” e “episteme” na teoria do conhecimento. A doxa, para o pensador, corresponde ao juízo, às opiniões mundanas. Ao contrário do pensamento sistemático, pautado pela dúvida, a doxa não rompia os limites das ideias preliminares e de uso corrente. Platão defendia o desenvolvimento de uma epistemologia, com a qual sairia da sombra da doxa: elemento mais presente nos discursos dos sofistas.

Àquela a discussão teve sua importância, mas ocorre que “doxa” e “episteme” são termos que na filosofia se antagonizam, enquanto para Mignolo são complementares:

Episteme , Mudimbe esclarece, significa tanto ciência quanto configuração intelectual sobre o conhecimento sistemático, ao passo que doxa é o tipo de conhecimento de que a própria conceitualização de episteme necessita como seu exterior: a episteme não é apenas a conceitualização do conhecimento sistemática, mas é também a condição de possibilidade da doxa; não é o seu antônimo. (MIGNOLO, 2003. p. 33)

Sendo assim, a “doxa” consiste na manifestação preliminar do conhecimento, não enquanto oposição ao conhecimento “real”. Essa distinção não é menos importante, se pensarmos o papel que a doxa cumpre nos sentidos, estágio inicial do conhecimento, ou pelo menos onde ele se manifesta.

Ao tratar como inválidos conhecimentos que percorrem ao largo da tradição filosófica, mas que se mostram valiosas para os que a professam, não seria uma pretensão paternalista no âmbito do conhecimento? Aqui ganha força a noção de que a filosofia é, para Mignolo, imposição colonial sobre as formas de saber subalternas:

O “sistema africano tradicional de pensamento” opunha-se à “filosofia” da mesma forma que o sistema moderno ao tradicional: em outras palavras, a filosofia tornou-se instrumento para a subalternização de formas de conhecimento fora de suas fronteiras disciplinadas. Mudimbe introduziu a palavra gnose para captar uma ampla gama de formas de conhecimento que a “filosofia” e a “epistemologia” haviam descartado. (MIGNOLO, 2003. p. 32-33)

Num eixo paralelo, buscando refletir quais seriam, então, os desafios para a decolonialidade no presente, Mignolo (2017) destaca que o primeiro passo para tal seria pensar no próprio conceito do termo.

Desse modo, para o autor anteriormente mencionado, a decolonialidade 1) é uma teoria que emerge no Terceiro mundo; 2) não consiste em um novo universal – tal como a pós-modernidade, a título de exemplificação –, mas em uma nova opção; 3) tem toda uma relação com a ideia de *pensamento fronteiriço* (termo esse já apresentado no presente trabalho).

Preliminarmente, trazendo o contexto de surgimento da teoria decolonial, Mignolo (2017), destaca que essa não apenas surge a partir da união de países que compõem o “Terceiro Mundo” [[5]](#footnote-5) como também emerge em um recorte histórico representado pela tripartição do mundo nesses eixos.

Nesse sentido, a base histórica que compõe a teoria decolonial se apresenta na Conferência de Bandung – ocorrida no ano de 1955 –, que uniu vinte e nove países dos continentes asiático e africano, na busca por se encontrar bases e visões comuns para um futuro distante das bases capitalistas e/ou comunistas. A saída encontrada na reunião, por sua vez, foi a teoria decolonial, que se apresentou enquanto uma espécie de “terceira via” que objetivava desprender-se dessas narrativas ocidentais.

No plano epistemológico, por sua vez, o grande marco da teoria decolonial foi a publicação de *Os Condenados da Terra*, escrita por Frantz Fanon. Em certa altura da obra em questão, Fanon (1968, p.197) escreve que:

O domínio colonial, porque total e simplificador, logo fêz com que se desarticulasse de modo espetacular a existência cultural do povo subjugado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e:seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres tornam possível essa obliteração cultural.

Anos após a Conferência de Bandung, realizou-se a conferência de Belgrado, que no mesmo modelo da anterior reuniu uma série de países latino-americanos para também estabelecer esse ideal de decolonialidade.

Ademais, tal como foi afirmado – e é esclarecido por Mignolo (2017) logo no início de seu ensaio –, muito embora a decolonialidade possa ser confundida com outros arranjos – como a pós-modernidade, a altermodernidade, etc. – a primeira se encontra em diferenciação às seguintes, justamente por não se representar enquanto uma tentativa de universalização. Com isso, o autor descreve:

A diferença da descolonialidade, o ponto de origem de conceitos tais como “modernidade” e “pós-modernidade”, das rupturas epistêmicas e das mudanças paradigmáticas, foi a Europa e sua história interna. Estes conceitos não são universais; nem sequer são globais. São regionais e, como tais, têm o mesmo valor de qualquer outra configuração e transformação regional do conhecimento.

Todavia, deve-se ressaltar que, nos termos do próprio autor, muito embora o pensamento decolonial tenha suas raízes relacionadas à localização geográfica do terceiro mundo, não há impedimentos para que corpos situados em localidades do “primeiro mundo”, doravante corpos brancos, não possam sentir a operação dos enlaces coloniais sobre si. Porém, essa compreensão é racional e/ou intelectual, não experimental.

Por fim, no que tange à relação entre pensamento fronteiriço – decolonialidade, Mignolo (2017,p.20) traz que “[...] o pensamento fronteiriço é a singularidade epistêmica de qualquer projeto decolonial”. O que isso significa? Significa que a decolonialidade se encontra em um aspecto fronteiriço, uma vez que estabelece uma relação de negação à experiência colonial; outrossim, dados os termos de que a decolonialidade se estabelece em um recorte terceiro-mundista, esta se conecta com a própria “consciência imigrante”, localizada na dispersão do pensamento decolonial e fronteiriço.

Dessa maneira, essa questão se entrelaça ao próprio questionamento que muitas vezes pode emergir em relação aos autores decoloniais: “[...] pode-se desprender-se e permanecer preso às categorias das línguas ocidentais modernas e imperiais?” (MIGNOLO, 2017, 24).

A resposta à pergunta eivada por Mignolo (2017) é a de que, embora ocorra o emprego de tais idiomas, os corpos que lhes empregam possuem concepções e sensibilidades de mundo diferentes.

**CONCLUSÃO - LITERATURA QUE RETRATA OS SUBALTERNOS**

Quando pensamos sobre o significado do termo *história marginal*, este converge à apresentação daquilo que foge ao canônico, isto é, tudo aquilo que rotineiramente foi – e, por vezes, ainda o é – deixado de lado, à margem. Nesse sentido, por muito tempo olhou-se com pouca consideração questões ligadas à história não-ocidental, à história das populações negras, à história das mulheres.

A categoria de história marginal, para além disso, possui também um contato com a própria proposta de decolonialidade, no sentido de se romper com o estigma da historiografia clássica que olhava apenas para o *norte global*, tomando esse e sua características enquanto um molde à história e demais caracterizações existentes no mundo.

Dando prosseguimento, quando pensamos sobre os subalternos, compreendidos aqui enquanto aqueles que se encontram submetidos constantemente ao obedecimento de regras provenientes de outros indivíduos, situados em extratos sociais superiores à dele, se encontram também enquanto um grupo cuja história se apresentou marginalizada no decorrer do tempo.

É, pois, nesse sentido que se concentra o eixo de suma importância situado na literatura produzida por Graciliano Ramos. No seio de um recorte temporal onde a apresentação de qualquer grupo marginalizado no campo artístico era encarado enquanto uma afronta ao governo e aos costumes vigentes, o autor publica *Vidas Secas*, que não apenas se apresenta ao molde de uma representação literária do subalterno, como também uma denúncia às condições de descaso ao qual estava submetido.

*Vidas Secas* apresenta um panorama sobre o sertanejo brasileiro, o drama da fuga da seca, doravante na busca de melhores condições para sua existência. O horizonte literário é precisamente este drama - onda a psicologia do subalterno encontra possibilidade de constituir sua subjetividade?

Graciliano Ramos, nesse sentido, traça um retrato de tais pessoas, apresentando elementos que constituem sua personalidade nas condições de abandono, galgada muitas vezes no desânimo perante à educação, no seu não-reconhecimento enquanto seres humanos, bem como no sentimento negativo em relação às instituições. Todo o enredo gira em torno da dialética do sujeito com seu meio, com sua condição subalterna, da sua condição perante os que o subjugam, e que encontra nas linhas de Ramos algo com o que possa se agarrar.

O esforço poderia implicar na fuga desta margem, pois ela não é um fenômeno deliberado, mas que permeia o *ethos* de Fabiano tornando lúcido algo novo, novas narrativas, novas formas de concepção de mundo, de prática, de sociedade. Enfim, a mentalidade do marginal pode nessa esteira revelar-se o sepultamento da própria condição de subalterno.

**FONTE**

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** São Paulo: Editora Record. 1986.

**REFERÊNCIAS**

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). **Revista de Iniciação Científica da FFC.** vol.6, n.1, 2006.

BASTOS, Hermenegildo. **Memórias do Cárcere:** literatura e testemunho. Brasília: Editora da UnB. 1998.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história.** 1940. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/benjamin/1940/mes/90.htm> (Acesso em Set. 2022).

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994

BRAGA, Claudomilson Fernandes; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Invisíveis e Subalternos: as representações sociais do indígena. **Psicologia & Sociedade.** vol.24, n.3, 2012.

BRUNNER, José Joaquin. **América Latina en la encrucijada de la modernidad** *In*: SALOMÃO, Jayme. América: descoberta ou invenção. 4º Colóquio UERJ, Rio de Janeiro, 1992.

CRUZ, Edna Souza. Os sentidos do poder/saber dizer. **Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Línguas e Literatura da UFT.** n.3, 2011.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz & Terra. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz & Terra. 2011

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito.** Parte I. Petrópolis: Vozes. 1997.

HIRATA, Francini; CICERO, Pedro Henrique. **Vidas Secas e os muitos “Fabianos”: uma breve problematização das Teorias dos Novos Movimentos Sociais a partir de uma perspectiva de classe**. UNICAMP: Centro de Estudos Marxistas - CEMARX. 2009. Disponível em < <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/vidas-secas-e-muitos-fabianos-uma-breve-problematizaca.pdf> > (Acesso em Nov. 2022)

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

KIFFER, Ana Paula. Vidas Secas – ontem e hoje. **Janela de Ideias.** Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/JaneladeIdeias/biblioteca/B\_Vidas\_Secas.pdf> (Acesso em Out. 2022).

KRUPSKAYA, N. **Sobre a questão da escola socialista(1981)**. In: A Construção da Pedagogia Socialista. São Paulo: Expressão Popular. 2017.

KRUPSKAYA, N. **A questão da educação comunista (1921).** In: A Construção da Pedagogia Socialista**.** São Paulo: Expressão Popular. 2017.

LEBENSZTAYN, Ieda. **Graciliano Ramos e a Novidade**: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24112009-160650/. Acesso em: 29 set. 2022.

LINS, Álvaro. **Valores e misérias das Vidas Secas.** *In:* RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. São Paulo: Editora Record. 1986.

LUKÁCS, George. **A teoria do romance:** um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Duas cidades. 2000.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. Formas de Silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para debate **Sociedade, Cultura e Patrimônio.** Set. 2018.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul.** Foz do Iguaçu, vol 1, n.1, p. 12-32, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

MOURA, Edilson Dias de. Representações do negro na obra de Graciliano Ramos: impactos e consequências. **Anais do VI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Ago. 2020.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Glob(AL)**: Biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record. 2005

ORGANISTA, J.H.C.; SILVA, André Luiz Souza e. Notas para a compreensão da categoria identidade a partir de Norbert Elias. **Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares.** UERJ. Rio de Janeiro: ano 5, nº 2, p. 329-343. Dez. 2003.

PAZZINE, Fabiana Cabral. A história e os marginais. **Almanaque Urupês.** Dez. 2012. Disponível em: <http://almanaqueurupes.com.br/index.php/2012/12/07/a-historia-e-os-marginais/> (Acesso em Nov. 2022).

PIAGET, Jean. **A praxis na criança** In: PIAGET, Jean. A epistemologia genética / Sabedoria e ilusões da filosofia ; Problemas da filosofia genética; Os Pensadores, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.** 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice.** São Paulo: Cortez Editora. 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina. 2009.

SILVA, Alex Rogério; SAMPAIO, Thiago Henrique (Org.) **Diálogos possíveis: História e Literatura em perspectiva** ── São Carlos : UFSCar/CPOI, 2021. v. 2

SILVA, Leandro Soares da. O subalterno pede licença para falar. **Periódicus.** n.9, vol.1, mai./out. 2018.

SOUSA, Lícia Soares de. Memórias marginais e a construção de uma história. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens.** ano 5. dez. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política.** n.9, 1997.

1. O conceito de cosmovisão remete à estrutura preliminar do entendimento de um sujeito. Se a experiência reflete o entendimento sobre o meio seria correto afirmar que meios e circunstâncias distintas não podem produzir um entendimento de igual teor. A revolução copernicana servirá para situar o meio no leque do entendimento humano, mas na historiografia eurocentrada o sujeito é transcendental e não histórico. Por isso cosmovisões distintas tomam corpo e o decolonialismo busca fazê-lo de uma maneira não-eurocentrada. [↑](#footnote-ref-1)
2. O pensamento de Fabiano perpassa, sobretudo, o exemplo do personagem Seu Tomás da bolandeira, para o qual o primeiro trabalhou: “Indispensável os meninos entrarem no bom caminho, saberem cortar mandacaru para o gado, consertar cercas, amansar brabos. Precisavam ser duros, virar tatus. Se não calejassem, teriam o fim de Seu Tomás da bolandeira. Coitado. Para quê lhe servira tanto livro, tanto jornal? Morrera por causa do estômago doente e das pernas fracas.” (RAMOS, 1986, p.24) [↑](#footnote-ref-2)
3. Na metafísica de Leibiniz, o possível coaduna com o real. Isso porque ante a existência o que torna a possibilidade dinâmica é a compreensão de Deus perante o todo. Desse modo, podemos compreender a existência(ou seja, a realidade) a partir de um olhar mais extenso. Enquanto possibilidade, Fabiano remete a tantos outros sertanejos, a literatura de Ramos consiste em exprimir esse possível. [↑](#footnote-ref-3)
4. Um recorte da história que evidencia isso com maestria é respectivo ao momento de descrição das sensações de Fabiano diante de uma festa natalina: “Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso desconfiava que os outros mangavam dele. Fazia-se carrancudo e evitava conversas. [...] Por isso Fabiano se desviava daqueles viventes. Sabia que a roupa nova cortada e cosida por sinha Terta, o colarinho, a gravata, as botinas e o chapéu de baeta o tornavam ridículo, mas não queria pensar nisto.” (RAMOS, 1986, p.76). [↑](#footnote-ref-4)
5. Aplicamos o recurso das aspas, aqui, em conformidade à própria reflexão de Mignolo (2017, p.20) que afirma: “O Terceiro Mundo não foi inventado pelas pessoas que habitam o Terceiro Mundo, mas por homens e instituições, línguas e categorias de pensamento do Primeiro Mundo.” [↑](#footnote-ref-5)